

RESENHA: RELEVÂNCIA DOS ARQUIVOS NA HISTÓRIA DAS SOCIEDADES

Email:
fabi.ttex@hotmail.com

Fabiana Teixeira Dovier
Aluna do Bacharelado em Biblioteconomia
da Universidade Federal da Paraíba

MARTINS, Delgado Canas Ana. Nós, os outros e os arquivos na construção de identidades. Universidade de Lisboa. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa, v.14, n.3, p.42-47, 2019.

A autora explana o conhecimento entre memória e identidade, relacionando à documentação de arquivos singulares que estão interligados historicamente, sendo utilizados para reconstrução das práticas administrativas dentro do Governo Português aproximadamente no período do século XIX, narrando fatos que sucederam durante a revolução francesa e, posteriormente, durante o governo Miguelista derrotado pela Guerra Civil Portuguesa. A partir desse contexto, compõe uma reflexão dos fatos através dos termos usados na descrição do patrimônio arquivístico comum, e sua incidência dentro dos paradigmas de recuperação da informação em sua amplitude usual.

Esta resenha ressalta o teor investigativo do texto, focando o Seminário de Saberes Arquivísticos realizados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2019, averiguando as relações impactantes que a documentação de arquivo possa causar nas mais diversas comunidades e se podem interagir entre si à partir da mesma informação. Neste contexto, busca compreender o exercício arquivístico atrelado às documentações históricas construídas pelas autoridades públicas, visando formulações sobre a política dos arquivos em direção a serviços de informações que, conscientemente, se transformem em provas perante determinadas situações, fazendo ressurgir, durante o processo da documentação, uma necessidade de conservação permanente da documentação.

Para dar sequência às análises, são descortinadas a responsabilidade do serviço de arquivo em diversos países, sendo considerados “valores simbólicos” específicos através dos tempos, relatando histórias em torno ao percurso documental que fora criado dentro do período de Guerra e seus ocupantes. Essas ações são posteriores à guerra napoleônica registrada em Novembro de 1807 e Setembro de 1808, comandada por Felipe Junot, e os governos dos Portos pelos franceses, comandados por Sault, dentre meados de março à 11 de Maio de 1809. Nesse período, a sede do governo português se localizava no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, tendo em Lisboa uma regência anexada ao conselho de governadores do Reino, que foram se reorganizando após as retiradas das forças de Junot, em 1808.

Dentre intensas articulações e acontecimentos em 1809, emergiu a problemática em torno das documentações elaboradas durante a ocupação de Junot, pois tais documentos estavam arquivados e em poder dos organismos públicos, simbolizando de forma obscura as atividades Portuguesas. Esses documentos traziam à tona as falhas ocorridas a partir das atitudes autoritárias relacionadas à guerra napoleônica, exigindo uma mobilização geral da unidade portuguesa e a exaltação da nação, demandando a necessidade de uma solução para o destino das documentações impróprias arquivadas em 3 de Novembro de 1809, pelo então governo do Rio

de Janeiro, sendo, também, elaborada uma saída em relação às consultas dos demais atos públicos despachados por Junot, o “governador intruso”.

Sendo assim, esses documentos deveriam ser eliminados, para apagar a memória do seu acontecimento e, dessa forma, cancelar os livros de registro da Secretária do Estado, dentre outras entidades administrativas. As narrativas históricas abordadas até aqui, servem para assimilação da consciência significativa das estratégias políticas utilizadas pelas autoridades, que temiam a preservação dos documentos que pudessem contribuir para o conhecimento de transações antiéticas, intenção que fica clara quando a autora cita uma carta formulada, a pedido de Junot, por estratégia, ao conselheiro e conde Ega, repassando para a Secretária de Estados dos Negócios do Interior, sendo, em sequência, enviada para desembarco do Paço, de modo a ser analisada e transferida para o Real Arquivo da Torre do Tombo, sendo assinada e reconhecendo Napoleão como autoridade suprema sobre Portugal, e não a dinastia Portuguesa dos Braganças.

Em setembro de 1808, os governadores do Reino assumiram em nome do Regente D. João, apoiado pelos britânicos, tendo como consequência a instabilidade causada pelo “infame papel”, pois assim ficou conhecido. Essa situação causou preocupação em apagar esse fato registrado, por seu poder de disseminar uma possível revolta, e dentro deste contexto propôs-se queimar a carta na praça Pelourinho, lugar simbólico da autoridade e da justiça na época. Todavia, tal atitude não se concretizou, recebendo apenas tratamento sigiloso das demais autoridades, entregues aos cuidados de João Moreira Paisinho, poderoso oficial da Secretária do Estado de Negócios do Reino, que prontamente fechou e selou o temido documento em uma pasta, o repassando ao ilustre oficial maior.

Esses procedimentos e outros permanecem no arquivo nacional da Torre do Tombo. Estas ocorrências históricas são úteis para percebermos como se procede à ocultação sistemática dos documentos arquivados sob sigilo, propiciando o aniquilamento histórico de uma nação e sua memória através de ações de autoridades constituídas.

Sem dúvida essa pesquisa revela a gravidade e a intenção da eliminação de fatos históricos, contribuindo para uma articulação política em prol do consenso imposto em benefício do governo português e as forças napoleônicas de ocupação, no intuito de obediência colonial e luta armada pela soberania da nação. Dentro deste aspecto amplo, a pesquisadora também enfatiza a representação dos conteúdos informacionais do patrimônio arquivístico entre as mais variadas comunidades e países que o partilham.

A autora apresenta uma visão moderna sobre a necessidade global da união do profissional da informação e dos arquivistas, explanando o conhecimento de todas as etapas em que o legado técnico arquivístico possa propiciar informação sobre a sociedade e sua história.

No texto, se faz presente a compreensão do quanto a leitura pode elevar e expandir a utilização do patrimônio em relação à construção de identidades, por nós e pelos outros, de modo específico, como afirma a pesquisadora, fazendo uma interligação de modo exclusivo de documentos coloniais e analisando as competências culturais reconstruídas ao longo do tempo, através das técnicas disponíveis para atualização do profissional arquivista, dentro de equipes diferentes que possam se reconstruir para a função primordial da informação.